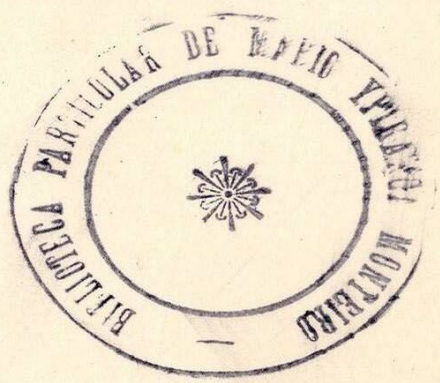
OCTÁVIO MEIRA
Do Instituto Histórico e Geográfico do Pará
Da Academia Paraense de Letras
Professor emérito da Universidade Federal do Pará

TERRA DE NINGUÉM



BELÉM - PARÁ
1980

OCTAVIO MEIRA

Do Instituto Histórico e Geográfico do Pará
Da Academia Paraense de Letras
Professor emérito da Universidade Federal do Pará

TERRA DE NINGUÉM

Gráfica Falangola Editora
Belém - Pará
1980

AmM 1216

TERRA DE NINGUÉM

O Pará tem sido, através dos séculos, uma colônia. Nos tempos coloniais, estava subjugado por Portugal, e esses tempos duraram até 1823., quando nos libertamos do jugo lusitano. Nessas épocas, até 1808, o Brasil só podia comerciar com a mãe-pátria. As outras nações se consideravam piratas, como pirataria se entendiam as incursões das suas caravelas em nosso território. Não podíamos ter indústria nem imprensa de qualquer forma e se queríamos formar os nossos doutores, teríamos de recorrer à Universidade de Coimbra, destinada aos mais afortunados, que houvessem nascido em berço de ouro.

Uma colônia dadivosa e fértil, que sempre exportou mais do que importou. Basta ler o trabalho de Manuel Barata, sobre a importação e a exportação do Pará, nos tempos em que servimos como colônia. No ano de 1800, a importação do Pará em Portugal foi de 628:494$650 e a exportação de Lisboa para o Pará foi de 418:379$989, ficando Portugal devedor de 210:144$661. Como afirmava Manuel Barata "foi a maior importação que houve no Pará, desde o ano de 1796. A mesma coisa houve no ano de 1805, quando Portugal ainda ficou a nos dever 21:292$695, em 1810 quando Portugal ficou com o débito de 182:375$280, em 1811, quando ficamos com o superavit de 183:175$143 e em 1812, quando ficamos credores de ..... 137:793,143, e assim continuou até a Independência.

Feita a Independência, às margens do Ipiranga, quando tudo passaria a ser melhor, continuamos dominados, não mais pelo velho Portugal ou pela Espanha dos Filipes, mas pelo centro, com a monarquia unitária que se estabeleceu, que prendia todas as Províncias à vontade do Imperador, soberana em todos os sentidos. Somente com o Ato Adicional, de 1835, abriu-se a fechadura que cobria todas as iniciativas, mas durou pouco, porquanto o Ato Interpretativo voltou a colocar as coisas no mesmo sentido antigo.

Fez-se a campanha da República que girou em torno de uma Federação, defendida pelos monarquistas liberais e pelos republicanos e de tal forma empolgou o país que Ruy Barbosa afirmou certa vez na Constituinte: "Já não há sinão federalistas. Já os federalistas antigos se vêem desbancados e corridos pelo fanatismo dos conversos. Federação tornou-se moda, entusiasmo, cegueira, palavra mágica, a cuja simples invocação tudo há de ceder, ainda que se invoque mal fora de propósito e em prejuízo da Federação mesmo".

Criou-se o Estado federalista, mas com tal exagero que foi necessário reformar a Constituição, no governo Bernardes. Mas, de qualquer forma deu-se a autonomia aos Estados, nos quais se transformaram as Províncias, e ensinou-se prática do governo federal.

Tinham os Estados as terras devolutas, o sub-solo pertencia a eles com todas as riquezas que a integravam.

Por muito tempo se discutiu no Supremo Tribunal Federal sobre a propriedade das terras devolutas, em que consistiam, e sobre os terrenos de Marinha, até que a nossa mais alta corte deu sua decisão final.

Tudo isso foi subvertido pela atual Constituição, que manteve a república federativa, como o sistema de governo, mas que na sua essência desapareceu: temos hoje uma república unitária, sem autonomia dos Estados, que voltaram ao sistema imperial, presos ao centro, desde as verbas orçamentárias, que são em sua maior parte distribuídas pela União, à qual com o pires na mão se dirigem às unidades "federativas".

Mas nessas circunstâncias o Pará tem sofrido mais do que os outros. Sempre, desde os tempos coloniais, o Pará sempre exportou mais do que importou, exceto na fase triste da queda da borracha, a contar dos anos de 1912, até que se pudesse levantar, com outras culturas, a partir de 1925, no governo Dionísio Bentes.

Havia os navios da mala real inglesa, da Booth Line, os vapores alemães, italianos, os navios portugueses, gregos, que enchiam o nosso porto levando e trazendo mercadorias, mas sempre levando mais do que trazendo, numa prova de virilida-

de de nosso comércio. Tínhamos cacau, borracha, madeiras, arroz, artigo sempre crescente em nossa exportação, o açúcar e o algodão.

O governo federal inventou meios de nos proibir de fabricar açúcar. Os engenhos de Abaeté e de Igarapé-Miri, de Benevides e arredores de Belém, deixaram de existir.

Depois veio a luta pelo café. Nós, que haviamos trazido em 1727 mil e tantas frutas e cinco plantas de café, da Guiana Francesa, graças aos esforços do sargento-mor Francisco de Melo Palheta, aqui cultivamos com todo o carinho a primeira sementeira da famosa rubiácea e chegamos a exportar para Lisboa, em 1773, 4.273 arrobas do mesmo produto. Em 1800 pudemos exportar, depois de retirado o suficiente para consumo interno, 4.903 arrobas de café.

No Brasil o primeiro lugar onde se plantou café, com excelentes resultados, foi o território paraense. Aproveitaram-se os paulistas, os mineiros, os paranaenses e os espíritosantenses, do nosso equívoco ilusório na produção de borracha, e meteram-se no café. E depois, com a criação do Instituto Nacional do Café, proibiram a plantação nestas terras da famosa semente que fomos buscar na Guiana Francesa. O Pará foi jogado ao lixo e tornou-se em colônia de São Paulo e de todas as unidades federativas que fizeram dessa cultura o grande nome do Brasil, no exterior. E continuamos proibidos de plantar café. Tantas terras livres, principalmente nos municípios de Altamira e Alenquer, terras roxas como as do sul, perdidas para essa cultura.

A mesma coisa aconteceu com o cacau. Nascido na Amazônia, tivemos aqui a ventura de cultivá-lo nas nossas florestas. Em 1773 o Pará produziu 58.784 arroubas de cacau, em 1800 elevou-se a 127.181 arrobas. Aproveitando-se das lutas pela borracha, criando o Instituto do Cacau, cuja sede ficou na Bahia, proibiu-se a plantação desse artigo em terras paraenses e hoje assistimos à luta que se trava, nas esferas federais, para se conseguir plantar novamente os nossos cacauais, na zona do Tocantins, onde outrora já floresceu Carapajó, de propriedade dos Morais Bittencourt, e ao cacaual Real

de Vila Franca, e de Santarém, no rio Ituquí, de saudosa memória.

Afirma Manuel Barata que no Pará, em 1730, "havia cerca de um milhão e meio de pés de cacau cultivado. A Bahia levou-nos essa cultura e esqueceu que as primeiras plantações houve no Pará. Meu avô possuia imensos cacauais em Santarém, no rio Ituquí, que era todo ele plantado por fazendeiros locais.

Mas as nossas desventuras não pararam aí. O Pará parece terra de ninguém. A borracha, que era somente do vale amazônico, agora é disputada por Bahia e São Paulo, onde várias empresas de pneumáticos aplicaram os seus recursos. Conosco ficaram a Goodyear e a Pirelli.

Já o cacau, o café e a borracha estão emigrando, ou já emigraram. Quanto à juta, que a nossa persistência e a dos japoneses atrairam para as nossas terras, a indústria paulista e a fluminense estão encarregadas de liquidá-la. Nos tempos da entre-safra conseguem licenças especiais de importação da fibra indiana e, de tal modo usam e abusam desse processo, que quando a nossa safra abarrota os mercados consumidores, ninguém se mexe. Afirmam que estão cheios de fibra e ninguém abre preço para novos fornecedores. Quando as dificuldades o atingem, entregam por qualquer preço o produto de uma safra inteira, cheia de sacrifícios. O resultado é que nada os impele a plantar outras safras. O resultado é que o Brasil, que já dispunha de um mercado sólido no exterior, vê sua luta perdida.

Não fica somente nisso. As terras devolutas, já as perdeu. Quando o governo federal entende de abrir uma estrada federal, manda separar 100 quilômetros para cada lado e declarar, por sua própria força, suas as terras que antes pertenciam ao Estado. Quando se encontra uma mina como a serra dos Carajás, em plena terra do domínio do Estado do Pará, manda fazer uma estrada de ferro, custosíssima, por simples motivos políticos, e transfere o porto de embarque do minério (ferro, níquel, cobre, etc.) para o porto do Maranhão, contra todas as regras normais que obrigavam a transportar

o minério para a foz do Amazonas, de acordo com planos defendidos pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Por outro lado, o alumínio, de que o Pará está todo coberto, irá ser beneficiado em Pernambuco, Maranhão ou Rio de Janeiro. A empresa que iria programar o desenvolvimento do novo porto de Vila de Conde, vai deixar de existir, porque a situação brasileira é muito difícil. Ficará a SUDAM com os encargos que a ela competiriam.

Há, ainda, as minas de ouro de Serra Pelada, onde todos os recordes são batidos em matéria de produção. Os garimpeiros, aos milhares, disputam a melhor sorte, e no fim o Pará ficará com os buracos, numa terra imprestável que não servirá para nada. Essa é a nossa sina. Colonizados por Portugal, continuamos colonizados pelo tempo afora, cada vez mais colonos, sendo que agora os nossos colonizadores estão no próprio país, se aproveitando das nossas riquezas. Essas riquezas, como se pertencessem a uma terra de ninguém.

Não há providências a tomar?

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM